

Atos de resistência de repórteres na abordagem de cidadania e direitos humanos: reflexões a partir da epistemologia feminista e da teoria crítica¹

Criselli Maria MONTIPÓ²
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

RESUMO

Diante dos desafios para a prática jornalística profissional, este trabalho busca problematizar teórica e empiricamente a cobertura de cidadania e direitos humanos no Brasil, no atual cenário de esfacelamento democrático. Tais reflexões, ancoradas nas contribuições da epistemologia feminista e da teoria crítica, se dão a partir de relatos de resistência de repórteres, oriundos da pesquisa de tese *Sentidos de cidadania e direitos humanos na práxis de repórteres* (MONTIPÓ, 2020). Apesar do esmorecimento da prática jornalística em diversos aspectos na contemporaneidade e da própria racionalidade jornalística ser construída a partir de um sistema-mundo capitalista, masculinista, racista, heterossexista e ocidentalista (VEIGA DA SILVA, 2014; 2019) há fortes manifestações de resistência de repórteres para a cobertura sobre cidadania e direitos humanos no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo. Direitos humanos e cidadania. Teoria crítica. Epistemologia feminista. Resistência.

Desafios da prática jornalística na contemporaneidade

Profissão complexa e multifacetada, o jornalismo enfrenta desafios cada vez maiores, especialmente nas primeiras décadas do século 21. A prática jornalística tem sido acelerada por múltiplas transformações configurando-se, no mundo todo, um tipo diferente de profissão. Tal cenário tem tornado o exercício profissional ainda mais desafiador, ao mesmo tempo em que a expansão digital intensifica a necessidade do

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, no XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre e doutora em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integra o projeto e extensão e grupo de estudos Jornalismo e Direitos Humanos (DHJor/UFSC). E-mail: criselli@gmail.com.

jornalismo como uma das instituições sociais imprescindíveis para a crítica e para a manutenção dos pilares democráticos.

A partir desse pressuposto, buscamos problematizar teórica e empiricamente sobre a cobertura de cidadania e direitos humanos no Brasil. Tais reflexões estão ancoradas nas contribuições da epistemologia feminista e da teoria crítica e se dão a partir de relatos de resistência de repórteres, oriundos da pesquisa de tese *Sentidos de cidadania e direitos humanos na práxis de repórteres* (MONTIPÓ, 2020), desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob orientação do professor Jorge Kanehide Ijuim.

Com o objetivo de compreender os sentidos de cidadania e direitos humanos predominantes entre repórteres, a pesquisa de tese estabeleceu relações entre as teorias e a *práxis* jornalística brasileira, averiguada a partir de 15 entrevistas em profundidade com profissionais que atuam na mídia alternativa e convencional *online*, nas cinco regiões brasileiras.

Realizadas entre 2018 e 2020 (antes do início da pandemia de covid-19), as entrevistas buscaram compreender as transformações pelas quais o ofício de jornalista é atravessado e tiveram como foco as trajetórias de vida e jornadas profissionais das pessoas entrevistadas. Por meio da perspectiva dialógica, procuramos apreender os sentidos presentes na prática jornalística, por isso ajustamos o foco aos repórteres enquanto sujeitos, no poder de suas vozes e em suas metanarrativas³.

Adotamos uma matriz para a análise empírica do poder de voz de jornalistas, conforme Motta (2013)⁴. Na trama, denominada pelo autor de jogos de poder e estratégias narrativas no jornalismo, as vozes sobrepostas na comunicação jornalística são: 1) do veículo (jornal, revista, rádio, telejornal ou jornal *online*); 2) de jornalistas (repórteres, editores, ilustradores, apresentadores, etc.); 3) das personagens (pessoas entrevistadas, vozes que se manifestam nas reportagens, quase sempre em confronto uma contra outra). Aderimos à reflexão de Motta e compreendemos que no decorrer do processo de enunciação de cada assunto reportado, esses três narradores levam a cabo uma

³ Para garantir a não identificação de repórteres, escolhemos pseudônimos baseados em nomes de jornalistas que fizeram história no país e os atribuímos a cada pessoa entrevistada randomicamente. Os nomes foram: Afonso Henriques de Lima Barreto, Alberto Dines, Antonieta de Barros, Audálio Dantas, Carmen da Silva, Cecília Meireles, Clarice Lispector, Eugênia Brandão, Gisela Ortrivano, João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto, Joel Silveira, Luiz Gama, Patrícia Galvão, Sonia Nassar e Vladimir Herzog.

⁴ Motta (2013) estabelecer as bases para a análise crítica da narrativa jornalística.

*negociação*⁵ simbólica e política com os outros narradores pelo poder de voz (MOTTA, 2013).

A partir de uma metodologia híbrida, com foco na interseccionalidade como amparo teórico-metodológico, buscamos contribuições da teoria feminista e do pensamento decolonial. Os resultados nos permitiram apreender que, apesar do esmorecimento da prática jornalística em diversos aspectos na contemporaneidade, há fortes manifestações de resistência de repórteres para a cobertura sobre cidadania e direitos humanos no Brasil.

Jornalismo de resistência no espaço de violências, desigualdades e contradições

A sociedade brasileira, foco da cobertura jornalística cotidiana na qual esta pesquisa se debruça, é fruto do colonialismo, da escravização, do genocídio negro e indígena (GONZALEZ, 1988; NASCIMENTO, 1978), de processos de migração forçada, além das marcas das ditaduras do passado e da autocracia que se manifesta no presente.

Tal colonialidade que persiste até os dias de hoje originou-se nos processos de escravização e subalternização de corpos e subjetividades, cuja abolição inconclusa reconfigura subcidadanias na contemporaneidade. Nesse vasto espaço geográfico que é o território brasileiro, ambiente de violências, desigualdades e contradições, forças materiais e simbólicas determinam quais pessoas devem ser mantidas abaixo da cidadania. Subjugadas pela dinâmica do capitalismo neoliberal, pelo racismo e pelo patriarcado como subcidadãs, têm seus direitos desrespeitados, ressoando apenas como letras inertes nas declarações ou leis.

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, ocupando a nona posição segundo o Banco Mundial, quando se trata da distribuição de renda entre seus habitantes⁶. Essa hierarquia de poder e controle situa o lugar de fala de cada agente a partir das posições sociais e capitais simbólicos dos grupos a que pertencem (RIBEIRO, 2019). Embora não se tenha uma epistemologia determinada sobre o termo lugar de fala, Ribeiro

⁵ Grifo do autor.

⁶ Conforme dados de 2020. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-mantem-em-6-5-da-populacao>>. Acesso: 10 ago. 2021.

(2019) explica que se configura a partir de discussões sobre o ponto de vista feminista, nos estudos sobre diversidade, na teoria racial crítica, e no pensamento decolonial, ou seja, na perspectiva pós-colonial latino-americana.

Situada nesse tecido social de conflitos e disparidades, a prática jornalística brasileira é resultado desses jogos de poder e, além de suas próprias hierarquias internas (MOTTA, 2013) se caracteriza pela dinâmica de controle dos arranjos de concentração midiática, na qual conglomerados de mídia utilizam práticas monopolísticas para obter vantagem política e econômica, conforme Herrmann (2016). Esse panorama, brevemente esboçado, é o pano de fundo de tensões que dificultam a democratização da mídia e impacta diretamente a cobertura jornalística sobre cidadania e direitos humanos no Brasil, considerados temas urgentes por grande parte de repórteres entrevistados durante a pesquisa.

Sobre os sentidos atribuídos ao jornalismo destacamos que, além da consonância de *informar a sociedade* como *papel social* central da tarefa de jornalistas, as pessoas entrevistadas consideram o jornalismo um *instrumento de visibilidade fundamental*. Nesta perspectiva, aparecem a *vigilância*, o *exercício do olhar* para *fiscalizar o poder público* ou para a *transformação social* (MONTIPÓ, 2020).

Os sentidos de cidadania e direitos humanos que emergem dos relatos de repórteres entrevistados se ancoram nesse *lugar social* de desigualdades. Os sentidos de *ausência* e de *respeito* demarcam o ideal de *cidadania plena*, uma preocupação bastante mencionada pelas pessoas entrevistadas, além de emergirem sentidos sobre *direitos humanos* como *dignidade*, *diversidade* e *pluralidade* no sistema democrático⁷. Na impossibilidade de sua plenitude, inserem o jornalismo como força potencial para alcançá-los, relação aprofundada quando indagados sobre democracia, tendo em vista ela ser conjectural para o exercício de direitos.

Neste contexto, inseridos nas estruturas de poder, repórteres evidenciam a resistência como pressuposto para atuação na profissão de jornalismo, principalmente no atual cenário de esfacelamento democrático.

⁷ Os sentidos de jornalismo, cidadania e direitos humanos são detalhados na tese. Aqui são apresentados sinteticamente com intuito de colaborar com a discussão sobre resistência, recorte apresentado neste artigo.

A consciência crítica de repórteres segundo aportes da epistemologia feminista e da pedagogia crítica

Referência contemporânea da teoria crítica, especialmente na pedagogia, o educador pernambucano Paulo Freire – que dedicou toda a sua trajetória para a formação de uma sociedade inclusiva e contribuiu com a decolonização do pensamento – centrou sua perspectiva teórica no processo de dominação. Defendia que, por meio do processo educativo, os oprimidos precisam formular sua resistência na própria pedagogia de luta por emancipar-se (FREIRE, 1980; 2019a; 2019b).

Partindo das reflexões de Freire, temos que a consciência crítica é um processo complexo, relacionado às vivências e experiências dentro das hierarquias de poder. Portanto, nossas visões de mundo – logo, subjetividades e intersubjetividades – são permeadas também pelo grau de conscientização sobre a opressão a que estamos sujeitos, já que “estar imersos na realidade opressiva impede-lhes uma percepção clara de si mesmos enquanto oprimidos” (FREIRE, 1980, p. 58).

Freire (2019a) nos ajuda a pensar, neste ponto da reflexão, que a consciência crítica (e ética) está condicionada à autonomia, já que não podemos nos assumir como sujeitos de procura, históricos e transformadores, sem nos assumirmos como sujeitos éticos. “Significa reconhecer que somos seres *condicionados*, mas não *determinados*” (FREIRE, 2019b, p. 20).

Portanto, ainda que envoltos em tramas de poderes, repórteres têm, como pressuposto, a autonomia de palavra e de pensamento. Em uma profissão em que a partilha da palavra é decisiva para o conhecimento e o desenvolvimento social, a autonomia, o senso crítico e a ética desses profissionais são imprescindíveis para a autonomia coletiva.

Outra contribuição relevante para pensarmos as relações de poder e a consciência crítica, é a partir da epistemologia feminista em suas inúmeras vertentes, dentre elas os feminismos negro, interseccional e decolonial. Entendemos a epistemologia feminista como teoria e ação sobre a sociedade a partir do lugar e da experiência de pessoas em situação de subalternidade, violência ou opressão, como demonstram as vivências das mulheres, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, negras, indígenas, entre outras.

Para pensar os pontos de resistência de jornalistas em uma sociedade estruturada pela colonialidade, em que alguns corpos e subjetividades estão à margem para servir àqueles que estão ao centro, é preciso considerar a inseparabilidade estrutural racista, capitalista e cis-heteronormativa-patriarcal (AKOTIRENE, 2019). Nosso movimento analítico privilegia, desse modo, compreender as vivências dos profissionais e, com isso, os lugares de onde falam (RIBEIRO, 2019) afinal, as vivências de repórteres ajustam seus enfoques da realidade e orientam a cobertura, especialmente quando se trata de temas relacionados aos direitos humanos e à cidadania.

Destacamos, ainda, que a própria racionalidade jornalística foi construída a partir de um sistema-mundo capitalista, masculinista, racista, heterossexista e ocidentalista (VEIGA DA SILVA, 2014; 2019) também chamado de lógicas moderno-positivistas-masculinistas do jornalismo (VEIGA DA SILVA; MAROCCO, 2019). A característica de concentração midiática, com linhas editoriais conservadoras e a estruturação patriarcal da prática jornalística são pontos de alerta no exercício profissional, o que intensifica a necessidade de repórteres resistirem para que consigam levar suas coberturas de forma crítica e ética.

A partir desta breve discussão – da qual colaboram diversas pensadoras e pensadores – compreendemos que jornalistas trabalham sob a hierarquização de múltiplos poderes e forças ideológicas e têm sua consciência crítica conformada a partir de suas experiências e da prática reflexiva a que estão dispostos a reelaborar continuamente.

Resistências na *práxis* de repórteres

Ainda que a pesquisa tenha ouvido relatos de repórteres que esmorecem frente a esse complexo cenário, assumindo que se curvam às linhas editoriais excludentes e eticamente questionáveis, há um grande grupo de profissionais entrevistados que enfrenta inúmeras camadas simbólicas e rompe com silenciamentos. Muitas vezes tolhidos de suas próprias liberdades de expressão, repórteres têm criado alternativas para colocar em pauta temas de interesse social, apesar das estruturas.

Durante as entrevistas, foi nítido o impacto da perspectiva feminista na *práxis* de repórteres. É o caso de Patrícia, repórter especial e uma das idealizadoras de um projeto jornalístico sobre feminicídio, lançado por um conglomerado de mídia.

O movimento feminista está aí, há milhares de anos lutando por igualdade tal, e a gente está dando passos. E aí nesse sentido eu fico muito feliz de estar fazendo o trabalho [Nome do projeto] onde o feminicídio está em pauta. Onde as mulheres, isso é muito incrível... Você tem garotas de 14, 15, 16 anos com consciência (informação verbal).

A iniciativa em que Patrícia atua mobilizou cerca de 30 repórteres mulheres de diversos veículos do grupo empresarial para fazer cobertura sobre os assassinatos. Segundo ela, o projeto resultou de grande planejamento e de muita persistência. “Convencimento, de levar para o chefe, de dizer é possível, sim. Não é impossível, é possível” (informação verbal).

Um trabalho dessa magnitude é permeado de dificuldades. Exige estratégias de enfrentamento para que as pautas sigam adiante e atravessem as barreiras nos jogos de poder existentes nas redações, especialmente da mídia convencional. Patrícia exemplifica que os desafios existem e é preciso driblar com criatividade, sempre demarcando o interesse social do tema, como é o caso de coberturas sobre feminicídio. Com mais de 20 anos de experiência na reportagem, ela apura seu olhar jornalístico, sem deixar de lado sua vivência como mulher em uma sociedade sexista. “São muitas formas de você continuar fazendo [...]. Você não precisa tacar fogo lá no meio da redação, no próprio corpo” (informação verbal).

Patrícia diz que seguir trabalhando na reportagem, incluindo pautas como essa, demanda uma postura ativa. Destaca que enquanto estiver na redação não vai descansar. “Mas eu não descanso porque é uma escolha. Se eu descansar para mim vai ser horrível. Eu não acredito em jornalismo sem reportagem” (informação verbal). Explica que reportar vai além de escrever, precisa gerar reflexões e conexões. Tem que ter a preocupação de ligar os pontos.

Patrícia não adere à perspectiva da imparcialidade. Defende que *ser repórter* é não perder a sensibilidade, nem a capacidade de sofrer e de se impactar. É ter a capacidade de observar. “Eu penso que é o cerne de tudo, o resto é tudo ferramenta” (informação verbal). Para ela, jornalismo é capacidade de expressar o que não foi dito.

O sentido do que você está fazendo são as pessoas. É como se fosse o ponto de partida e o ponto de chegada. E aí, para mostrar aquelas pessoas que precisam ser vistas, você faz um monte de passos. Você conversa com especialistas. Você se debruça sobre relatórios. Mas o

começo, meio e fim, são as pessoas. É para mudar a realidade daquelas pessoas que você está fazendo tudo aquilo (informação verbal).

Reportar, para ela, é se incomodar com o que está vendo e compreender o fato. “A gente precisa não só denunciar, no sentido de trazer aquela realidade, mas mostrar que há caminhos, sim” (informação verbal). Para cumprir seu compromisso social diz que muitas vezes precisa contrapor as regras do jogo de poder da empresa. “O jornal vai dizer que, hoje em dia, o leitor quer é leveza. Eu vou lá e levo uma pedra de chumbo para ele, uma tonelada. Boto um laço de fita e falo: ‘Olha aqui, ó’” (informação verbal).

Por isso Patrícia acredita que repórteres são uma espécie de exército na redação, pontes de empoderamento. Há grande força simbólica em suas palavras, especialmente quando escolhe dobrar seu corpo para interligar lugares, suportando sobre ele, todo o peso das realidades. Resiliência, resistência e transgressão assumem a corporalidade de *ser repórter*.

Outro exemplo de resistência vem de Sonia, repórter esportiva que enfrenta as violências da exclusão durante as coberturas na mídia convencional. Ela transparece que a grande marca de seu trabalho é a perspectiva de gênero. Evidencia o encontro da cidadã e da jornalista. Ainda jovem experimentou a maternidade e sofreu diversas camadas de preconceitos, por isso se desafia: “Com minhas matérias fazer com que, de repente, os homens entendam que eu posso estar no estádio para trabalhar como jornalista, comentando futebol em outros espaços. Que a mulher pode jogar bola” (informação verbal). Simbólica e concretamente seu corpo de mulher corre em vários campos para ampliar o seu espaço, ainda delimitado socialmente. Para Sonia, apesar dessas dificuldades, vivemos um momento de maior atenção para pessoas invisibilizadas, principalmente sobre questões raciais e de gênero.

Gisela é outra representante dessa perspectiva. Entende que sua função de repórter em um conglomerado midiático se pauta por compreender e narrar a dimensão do direito humano. Ela, que se identifica como mulher lésbica, frisa que o exercício de *ser repórter* passa, pelo entendimento do seu espaço e do espaço do outro, suas semelhanças e singularidades. Por isso busca colocar em pauta temas da comunidade LGBTQIA+. Está disposta a problematizar e refletir sobre esses assuntos, por isso protagoniza embates na redação com as chefias. “É um convencimento a gente falar que não é ‘parada gay’, mas é uma parada de diversidade sexual. Porque, claro, é uma nomenclatura. ‘Isso é uma

besteira, é um nome’. Não, não é um nome, para a nossa geração é um recorte” (informação verbal).

Defende, portanto, que é um esforço permanente de interpretar aquilo que não nos afeta. Ela explica que quando jornalistas nunca foram ameaçados nem passaram por uma situação de violência, o direito – que é de todos – parece estar mais no campo do outro, é uma batalha do outro. Por isso, sua disputa é fazer com que o jornal, enquanto instituição, considere dar visibilidade a esses espaços e modos de vida diversos, diversificados, plurais. “Muitas vezes, esse direito humano está atrelado àquele pessoal que sofre ali, a galera ali, não mais do campo do meu direito” (informação verbal). Gisela aceita a tarefa de traduzir a linguagem dos direitos. Busca compreender esses falares.

Para Gisela, a falta de atenção aos termos, expressões e formas de abordagens se dá, em grande parte, porque editores e chefes de reportagem pertencem a uma geração que não estava acostumada com o debate permanente desses temas no cotidiano social. “Não via tanta relevância nisso. A gente vem de uma geração mais nova que vê relevância nisso e aí é um choque” (informação verbal).

Antonieta, repórter que atua na mídia alternativa, também trava inúmeros enfrentamentos cotidianos. “O jornalismo está dentro dessa sociedade que é machista, racista e classista. Ele não está excluído, ele não está fora dessa sociedade, então ele reproduz os mesmos preconceitos” (informação verbal). Para Antonieta, a responsabilidade jornalística passa pelo cuidado do repórter na escolha das fontes e no ângulo das histórias. Por isso, seu olhar de mulher negra é a lente para narrar o cotidiano. Isso é indissociável. *Ser repórter*, para Antonieta, é enxergar a partir desse enfoque, é cravar as palavras na pele para que elas expressem o que já foi silenciado sobre sua cultura e sobre seus ancestrais.

Felizmente, o feminismo tem impactado a consciência crítica de repórteres para além dos lugares de fala. Na época em que a entrevista foi realizada, em 2018, Audálio, repórter *freelancer* na mídia empresarial, guardava uma recordação recente sobre ter assistido a um painel de discussão sobre diversidade nas redações. “Foi maravilhoso, eu quis estar ali para entender, para poder me aproximar mais, para a gente ouvir. [...] Entender um pouco mais de problemas que eu não enfrento” (informação verbal). Sua preocupação era compreender o lugar social de quem vive a diversidade de cor, de gênero. “Não importa se é uma situação de racismo, de homofobia, eu não estou no local de fala” (informação verbal). Ele destaca, porém, que não é somente quem está nessa situação que

pode falar, mas pondera que é preciso ter preparação adequada para que a abordagem seja inclusiva.

Nesta perspectiva, Afonso, repórter de um conglomerado midiático, busca se aproximar de alguns movimentos, como o movimento negro e o movimento feminista. “Eu sei que eu nunca vou ser um protagonista, até porque eu sou um homem que eu não tenho como ter protagonismo no movimento feminista, mas eu quero dar uma contribuição de alguma maneira” (informação verbal). Graças ao seu círculo de amizades, Afonso tem conseguido maior interlocução com o movimento LGBTQIA+.

A marca de *ser repórter* de Eugênia, que trabalha na mídia alternativa, é definida pela insubordinação. Ela não se conforma diante do que julga inadequado. Conta que sempre teve conflito muito grande com autoridade. “Eu cresci um pouco assim. Por isso que eu digo: acho que eu sou jornalista por rebeldia” (informação pessoal).

A entrevista com Eugênia ocorreu durante uma viagem dela com a família, em um feriado de 2019. Mesmo assim, assumiu o plantão à distância. Disse que era para manter seu papel de vigilância, que é como entende o compromisso jornalístico. Defende que ser repórter é estar nos lugares, ver as situações com seus próprios olhos. Tem se dedicado à cobertura de temas marginalizados, relacionados às populações indígenas e ribeirinhas.

O entendimento de Luiz é semelhante. *Ser repórter*, para ele, é sair do seu ar condicionado e se encontrar com as múltiplas realidades. A narrativa sobre seu encontro com uma liderança local é elucidativa sobre sua busca:

Ela estava sem grana e sem uma pessoa para acompanhar ela, já que não pode andar sozinha e embora ela esteja na lista das pessoas ameaçadas de morte da polícia. Ela devia ser escoltada, mas não é protegida de forma alguma pelo Estado. Então me propus a buscá-la em [Cidade] e trazer para [Cidade]. Em meio a isso a gente veio conversando, a viagem de barco dura mais ou menos 40 minutos e ela veio me contando como funciona isso, como eles se organizam, como eles começaram as denúncias. [...] Começou muito tempo atrás, mas nunca tiveram atenção da mídia (informação verbal).

Luiz, que atua em uma empresa jornalística conglomerada, conta que procura ouvir as histórias na perspectiva do mais vulnerável. “Sempre o lado mais frágil me chama mais para chegar perto” (informação verbal). Seu corpo de repórter não se recusa a navegar em busca de outras existências.

As metanarrativas de repórteres, entrecruzadas de suas vivências depõem em um relato vivo, engajado e sofrido, como diria Medina (1982), sobre a luta de afirmação do seu papel social. Profissionais de várias gerações nos contam sobre os esforços que desempenham para construir um lastro que conjugue suas habilidades técnicas e seus propósitos, tendo, inclusive, que afrontar as amarras que em alguns momentos impedem sua expansão. “Eis os desafios enfrentados e ainda por enfrentar a que nem todos respondem” (MEDINA, 1982, p. 24).

O compromisso social de jornalistas, conforme Medina (1982), é estabelecido pelo diálogo com todos os segmentos da população para que, com suficiente maleabilidade, possam percorrer os corredores do poder e, da mesma forma, as casas de terra batida de marginalizados da sociedade. Nesse difícil e conflituoso mosaico, repórteres constroem o que chamamos de resistência.

Apontamentos

A contemporaneidade e seus inúmeros desafios mostra-se com possibilidades, ao mesmo tempo em que se circunscreve necessária a indagação sobre o papel social do jornalismo frente aos direitos. Os recortes apresentados neste artigo não esgotam a discussão sobre a resistência de repórteres para a cobertura de temas relacionados aos direitos humanos e à cidadania. De todo modo, dada a dinâmica complexa dos fenômenos envolvidos, nosso esforço é pensá-los sempre em relação com o jornalismo, ou seja, a partir dos entrecruzamentos, silenciamentos, instâncias de poder e também a partir de suas rupturas.

Sem incorrer à ingenuidade, sabemos que as violações constantes do passado inflam, ainda no presente, comportamentos xenófobos, misóginos, homofóbicos e excludentes. Quebrar essas fortalezas conservadoras, neoliberais e violentas é tarefa árdua. São grandes os desafios diante do oligopólio, do coronelismo e da colonialidade ainda presentes nos meios de comunicação. No entanto, defendemos a transformação social como imperativo ético, como sustentava Freire (2019a, 2019b), por isso consideramos que a formação contínua e aprofundada de jornalistas sobre os temas cidadania e direitos humanos pode espreitar novos cenários e possibilitar aberturas.

Assim como a teoria crítica colabora na reflexão sobre a autonomia e a resistência de repórteres, a partir de Freire, as epistemologias transcendentais do movimento

feminista têm se conciliado com a narrativa jornalística, seja pela postura provocativa de profissionais ou por pressão do público atento.

Tais contranarrativas têm promovido algumas fissuras nas densas estruturas, graças à consciência crítica de um pequeno – mas crescente grupo de repórteres – que passa a externalizar posturas antirracistas e com perspectiva de gênero, classe ou condição social nas coberturas.

Visões mais pluriversas e interseccionais podem colaborar com a prática jornalística atenta às diversidades, violências e necessidades brasileiras. Aderimos às miradas esperançosas de Freire (2019a), Walsh (2009), Pires (2020), e tantas outras pensadoras e pensadores sobre como movimentos contra-hegemônicos, ainda que sutis, têm sido fundamentais para renovar a agenda democrática, e tem impactado a prática jornalística, mesmo que vagarosamente.

Espreitamos e esperamos por uma prática jornalística comprometida em romper com o autoritarismo, o patriarcado, a colonialidade, o racismo, o não reconhecimento da diferença, e a exploração de corpos e subjetividades. Nessa toada, é urgente que o ensino do jornalismo nas universidades e a atualização contínua de seus profissionais considerem as contribuições das epistemologias feministas e da teoria crítica para o fortalecimento da resistência jornalística.

Referências

AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais – Selo Sueli Carneiro. São Paulo: Pólen, 2019.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação** - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: Um reencontro com a pedagogia do oprimido. 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 69ª. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019b.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, jan./jun. 1988, p. 69-82.

HERRMANN, Julián Durazo. *Media, state and society in Bahia, Brazil*. **Brazilian Journalism Research**, v. 12, n. 2, 2016, p. 92-111.

MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista: responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

MONTIPÓ, Criselli Maria. **Sentidos de cidadania e direitos humanos na práxis de repórteres**. 2020. 347 p. Tese (Doutorado em Jornalismo) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Por uma concepção amefricana de direitos humanos. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar dos Tempos, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Coleção Feminismos Plurais – Selo Sueli Carneiro. São Paulo: Pólen, 2019a.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

VEIGA DA SILVA, Marcia. Trajetórias de vida como ingrediente de práticas jornalísticas afeitas à alteridade. In: MAROCCO, Beatriz; ZAMIN, Angela; SILVA, Marcia Veiga da Silva (orgs). **Livro de repórter: autorialidade e crítica das práticas**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2019.

VEIGA DA SILVA, Marcia; MAROCCO, Beatriz. O feminino no livro de repórter: uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas. In: MAROCCO, Beatriz; ZAMIN, Angela; SILVA, Marcia Veiga da Silva (orgs). **Livro de repórter: autorialidade e crítica das práticas**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2019.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In. CANDAU, V. M. (Org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.